AVALIAÇÃO NA EDUCAÇÃO INFANTIL: PERSPECTIVAS E PRÁTICAS DOCENTES



SILVANA APARECIDA DREY
Graduada em pedagogia, Pós-graduação em alfabetização e letramento, Pós-graduação em dificuldades de aprendizagem, Pós-graduação em educação infantil, Pós-graduação em AEE, Pós-graduação educação especial com ênfase em transtorno do espectro autista TEA, Pós-graduação em ludopedagogia nos anos iniciais



REONICE DANIEL LIMA
Graduada em Pedagogia, Pós-graduação Docência ensino superior, Pós-graduação em Educação Especial Com Ênfase Em Transtorno do Espectro Autista (TEA), Pós - Graduação Lato Sensu em Educação Infantil.

RESUMO

A avaliação na Educação Infantil constitui-se como um processo fundamental para o acompanhamento do desenvolvimento integral da criança, sendo orientada por princípios que se diferenciam das práticas avaliativas tradicionais presentes em outras etapas da educação básica. Este artigo tem como objetivo analisar as perspectivas teóricas e as práticas docentes relacionadas à avaliação na Educação Infantil, destacando sua função formativa, diagnóstica e mediadora no processo de ensino e aprendizagem. A pesquisa foi desenvolvida a partir de revisão bibliográfica, com base em autores que discutem a infância. Os resultados evidenciam que a avaliação deve ser contínua, qualitativa e centrada na observação das experiências, interações e brincadeiras das crianças, respeitando suas singularidades. Conclui-se que o professor desempenha papel essencial na construção de práticas avaliativas significativas, que valorizem o desenvolvimento integral e contribuam para uma educação mais inclusiva e humanizada.

PALAVRAS-CHAVE: Avaliação; Educação Infantil; Práticas docentes; Desenvolvimento infantil; BNCC.

INTRODUÇÃO

A Educação Infantil, enquanto primeira etapa da Educação Básica, desempenha um papel fundamental no desenvolvimento integral da criança, contemplando aspectos físicos, psicológicos, intelectuais e sociais, conforme preconiza a legislação educacional brasileira. Sendo assim, a avaliação assume uma função singular, diferenciando-se das práticas tradicionais de caráter classificatório e quantitativo, historicamente presentes em outros níveis de ensino.

Na Educação Infantil, a avaliação não tem como finalidade a promoção ou retenção da criança, mas sim o acompanhamento contínuo de seu desenvolvimento, considerando suas vivências, interações, brincadeiras e múltiplas formas de expressão. Tal perspectiva está alinhada às orientações da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), que enfatiza a criança como sujeito ativo no processo de construção do conhecimento, valorizando suas experiências e respeitando suas singularidades.

Diante desse cenário, o presente artigo tem como objetivo geral analisar as perspectivas teóricas e as práticas docentes relacionadas à avaliação na Educação Infantil, compreendendo seu papel no processo de ensino e aprendizagem. Como objetivos específicos, busca-se: discutir os fundamentos teóricos que orientam a avaliação nessa etapa de ensino; compreender a função da avaliação no desenvolvimento infantil; analisar as práticas e instrumentos utilizados pelos docentes; e refletir sobre os desafios e possibilidades que permeiam o processo avaliativo no contexto da Educação Infantil.

A escolha do tema justifica-se pela relevância da avaliação como elemento essencial na prática pedagógica, especialmente na Educação Infantil, onde o foco deve estar no desenvolvimento integral da criança e não na mensuração de resultados. Observa-se que, apesar dos avanços teóricos e das orientações legais, ainda persistem práticas avaliativas inadequadas, muitas vezes pautadas em modelos tradicionais que não dialogam com as especificidades da infância. Portanto, torna-se necessário aprofundar a reflexão sobre a avaliação, buscando compreender como ela pode contribuir para uma prática pedagógica mais significativa, inclusiva e humanizada.

A discussão proposta neste estudo revela-se pertinente no contexto da formação docente, uma vez que o professor é o principal mediador do processo avaliativo. Sua atuação exige sensibilidade, intencionalidade e conhecimento teórico para observar, registrar e interpretar o desenvolvimento das crianças de forma ética e comprometida com sua aprendizagem. Assim, refletir sobre a avaliação na Educação Infantil implica também repensar práticas pedagógicas e fortalecer o compromisso com uma educação de qualidade.

Dessa forma, este artigo pretende contribuir para o aprofundamento das discussões acerca da avaliação na Educação Infantil, destacando sua importância como instrumento de acompanhamento e mediação do desenvolvimento infantil, bem como sua potencialidade na construção de práticas educativas mais coerentes com os princípios da infância e da educação inclusiva.

AVALIAÇÃO NA EDUCAÇÃO INFANTIL: FUNDAMENTOS TEÓRICOS

A avaliação educacional, ao longo da história, foi marcada por diferentes concepções que refletem visões de ensino, aprendizagem e sujeito. Durante muito tempo, predominou uma perspectiva tradicional, centrada na mensuração de resultados, na classificação dos alunos e na verificação de conteúdos assimilados. No entanto, essa concepção mostra-se incompatível com os princípios da Educação Infantil, que compreende a criança como sujeito em desenvolvimento, ativo, singular e inserido em um contexto social e cultural.

A avaliação na Educação Infantil precisa ser compreendida a partir de uma abordagem qualitativa, processual e formativa, que considere as múltiplas dimensões do desenvolvimento infantil. De acordo com Luckesi (2011), a avaliação deve ser entendida como um ato amoroso, ético e comprometido com o crescimento do educando, afastando-se de práticas punitivas e excludentes. Para o autor, avaliar implica acolher o sujeito em sua totalidade, reconhecendo suas potencialidades e respeitando seu ritmo de aprendizagem.

Corroborando essa perspectiva, Hoffmann (2012) propõe o conceito de avaliação mediadora, que se fundamenta na observação contínua e na reflexão sobre a prática pedagógica. Para a autora, a avaliação não deve se limitar a registrar o que a criança sabe ou não sabe, mas deve servir como instrumento para compreender seu processo de construção do conhecimento. Dessa forma, a avaliação assume um caráter investigativo, no qual o professor observa, registra, analisa e intervém de maneira intencional.

A concepção de infância também exerce influência direta sobre as práticas avaliativas. Kramer (2005) destaca que a infância deve ser entendida como uma fase de intensa produção cultural, na qual a criança constrói significados por meio das interações, das brincadeiras e das experiências vividas. Assim, avaliar na Educação Infantil exige considerar essas formas próprias de expressão, valorizando o brincar como linguagem fundamental da criança.

Nessa mesma linha, Oliveira (2010) enfatiza que o desenvolvimento infantil ocorre de forma integrada, envolvendo aspectos cognitivos, afetivos, sociais e motores. Portanto, a avaliação não pode restringir-se a aspectos cognitivos, devendo contemplar a criança em sua integralidade. Essa compreensão reforça a necessidade de práticas avaliativas que considerem o contexto, as experiências e as interações como elementos centrais do processo educativo.

A teoria histórico-cultural, representada por Vygotsky (1998), também oferece importantes contribuições para a compreensão da avaliação na Educação Infantil. Segundo o autor, o desenvolvimento da criança ocorre por meio das interações sociais e da mediação do outro, sendo fundamental identificar a zona de desenvolvimento proximal — isto é, aquilo que a criança consegue realizar com apoio. Diante deste contexto, a avaliação assume um papel essencial ao possibilitar ao professor identificar potencialidades e planejar intervenções que favoreçam o avanço do desenvolvimento infantil.

Além dos aportes teóricos, é fundamental considerar as orientações legais que regem a Educação Infantil no Brasil. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB nº 9.394/96)

estabelece que a avaliação nessa etapa deve ocorrer por meio do acompanhamento e registro do desenvolvimento das crianças, sem objetivo de promoção, tal orientação rompe com modelos classificatórios e reforça a importância de uma avaliação qualitativa.

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) (2017) amplia essa discussão ao propor que a avaliação esteja integrada às práticas pedagógicas, considerando os direitos de aprendizagem e desenvolvimento das crianças: conviver, brincar, participar, explorar, expressar e conhecer-se. Assim, a avaliação deve estar articulada aos campos de experiências, observando como as crianças interagem, se expressam e constroem conhecimentos em diferentes contextos.

As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (DCNEI), reforçam a necessidade de uma avaliação contínua, sem caráter classificatório, baseada na observação crítica e no registro das práticas. De acordo com esse documento, a avaliação deve subsidiar o planejamento pedagógico, contribuindo para a organização de experiências que promovam o desenvolvimento integral das crianças.

É importante destacar que a avaliação na Educação Infantil também envolve uma dimensão ética, pois lida diretamente com sujeitos em processo de formação. Assim, o olhar do professor deve ser sensível, respeitoso e livre de preconceitos, evitando comparações entre crianças ou expectativas padronizadas de desenvolvimento. Conforme aponta Hoffmann (2012), cada criança possui um percurso único, e a avaliação deve reconhecer e valorizar essas singularidades.

O caráter formativo da avaliação, não se limita à análise do desenvolvimento da criança, mas também envolve a reflexão sobre a prática docente. Avaliar, nesse contexto, implica questionar as estratégias utilizadas, os objetivos propostos e os resultados alcançados, promovendo uma constante reconstrução do fazer pedagógico. Portanto, a avaliação torna-se um instrumento de formação continuada para o professor.

A avaliação deve ser compreendida como um processo dialógico, que envolve não apenas o professor, mas também a criança e sua família. A comunicação com as famílias é fundamental para compartilhar informações sobre o desenvolvimento infantil, fortalecer vínculos e promover uma atuação conjunta no processo educativo.

Os fundamentos teóricos da avaliação na Educação Infantil apontam para a construção de práticas que valorizem o processo, a escuta, a observação e o respeito às singularidades. Trata-se de um movimento de superação de modelos tradicionais, em direção a uma avaliação mais humanizada, inclusiva e comprometida com o desenvolvimento integral da criança.

A FUNÇÃO DA AVALIAÇÃO NO DESENVOLVIMENTO INFANTIL

A avaliação na Educação Infantil assume um papel essencial no acompanhamento do desenvolvimento da criança, constituindo-se como um instrumento pedagógico que orienta a prática docente e possibilita a compreensão dos processos de aprendizagem. Diferentemente de abordagens tradicionais, que enfatizam resultados e desempenho, a avaliação nessa etapa deve estar

voltada para o processo, considerando as múltiplas dimensões do desenvolvimento infantil.

O desenvolvimento da criança é um fenômeno complexo, que envolve aspectos cognitivos, afetivos, sociais e motores, os quais se inter-relacionam de forma dinâmica. Avaliar na Educação Infantil implica reconhecer essa complexidade e adotar uma perspectiva integral. Conforme destaca Oliveira (2010), o desenvolvimento infantil não ocorre de maneira fragmentada, mas sim como um processo global, no qual diferentes dimensões se influenciam mutuamente. Portanto, a avaliação deve considerar a criança em sua totalidade, evitando reducionismos que priorizem apenas aspectos cognitivos.

A teoria histórico-cultural de Vygotsky (1998) oferece importantes contribuições para a compreensão da função da avaliação no desenvolvimento infantil. Ao propor o conceito de zona de desenvolvimento proximal, o autor evidencia que o desenvolvimento da criança não deve ser analisado apenas a partir de suas capacidades já consolidadas, mas também de suas potencialidades. Nesse contexto, a avaliação assume uma função diagnóstica e mediadora, permitindo ao professor identificar aquilo que a criança pode vir a desenvolver com o auxílio de um adulto ou de pares mais experientes.

Essa perspectiva reforça o papel do professor como mediador do processo de aprendizagem. A avaliação, portanto, não se limita à observação passiva, mas envolve intervenção intencional, planejamento e reorganização das práticas pedagógicas. Avaliar é, nesse sentido, um ato que orienta a ação docente, possibilitando a criação de situações de aprendizagem que favoreçam o desenvolvimento infantil.

A contribuição de Piaget (1975) também é relevante ao enfatizar que a criança constrói ativamente seu conhecimento por meio da interação com o meio. Para o autor, o erro é parte constitutiva do processo de aprendizagem, sendo um indicativo das hipóteses elaboradas pela criança. Essa compreensão tem implicações significativas para a avaliação, que deve abandonar uma perspectiva punitiva e passar a valorizar o erro como elemento de aprendizagem. Assim, a avaliação deixa de ser um instrumento de julgamento e passa a ser um meio de compreensão do pensamento infantil.

Wallon (2007), por sua vez, amplia a compreensão do desenvolvimento ao destacar a importância das emoções e da afetividade. Segundo o autor, o desenvolvimento infantil é marcado pela integração entre o motor, o cognitivo e o afetivo, sendo impossível dissociar essas dimensões. Diante disso, a avaliação precisa considerar não apenas o que a criança faz, mas também como ela se sente, como se relaciona e como se expressa emocionalmente. A dimensão afetiva, muitas vezes negligenciada, é fundamental para compreender o processo de aprendizagem.

A avaliação na Educação Infantil contribui para a construção da identidade e da autonomia da criança. Ao reconhecer suas conquistas e valorizar suas produções, o professor fortalece a autoestima e incentiva a participação ativa no processo educativo. Conforme aponta Kramer (2005), a criança deve ser vista como sujeito de direitos, capaz de produzir cultura e de participar ativamente das experiências educativas. A avaliação deve promover o protagonismo infantil, respeitando suas iniciativas e valorizando suas formas de expressão.

O caráter formativo da avaliação, permite a revisão constante das práticas pedagógicas. Luckesi (2011) destaca que a avaliação deve ser compreendida como um processo de tomada de decisão, que orienta o professor na escolha de estratégias mais adequadas para promover a aprendizagem. Dessa forma, a avaliação não se encerra em si mesma, mas se articula ao planejamento e à ação pedagógica.

A observação, nesse contexto, constitui-se como o principal instrumento de avaliação na Educação Infantil. No entanto, como ressalta Hoffmann (2012), essa observação deve ser intencional, sistemática e reflexiva. Não se trata de observar de forma aleatória, mas de construir um olhar atento às manifestações da criança, registrando suas falas, ações e interações. Esses registros permitem ao professor acompanhar o desenvolvimento ao longo do tempo, identificando avanços, dificuldades e interesses.

A avaliação também desempenha um papel importante na organização do ambiente educativo. Ao observar como as crianças interagem com o espaço, os materiais e os colegas, o professor pode reorganizar o ambiente de forma a favorecer novas experiências e aprendizagens, a avaliação contribui para a construção de um espaço pedagógico mais significativo e estimulante.

. A avaliação fornece subsídios para o planejamento pedagógico, permitindo ao professor propor atividades que estejam alinhadas às necessidades e interesses das crianças. Trata-se de um movimento contínuo, no qual avaliar e planejar se articulam de forma indissociável.

A avaliação na Educação Infantil possui uma dimensão social, uma vez que envolve a interação com as famílias. Compartilhar informações sobre o desenvolvimento da criança contribui para fortalecer a parceria entre escola e família, possibilitando uma atuação conjunta no processo educativo. Tal comunicação deve ser realizada de forma clara, respeitosa e acolhedora, evitando rótulos ou julgamentos.

É importante destacar que a avaliação deve respeitar o ritmo de cada criança, reconhecendo que o desenvolvimento não ocorre de forma homogênea. Comparações entre crianças devem ser evitadas, pois podem gerar sentimentos de inadequação e comprometer a autoestima. A avaliação deve, portanto, valorizar o percurso individual, considerando as singularidades de cada sujeito.

Por fim, a avaliação na Educação Infantil deve ser compreendida como um processo dinâmico, contínuo e reflexivo, que contribui tanto para o desenvolvimento da criança quanto para o aprimoramento da prática docente. Trata-se de um instrumento que, quando utilizado de forma consciente e intencional, possibilita a construção de uma educação mais significativa, inclusiva e comprometida com o desenvolvimento integral.

PRÁTICAS DOCENTES E INSTRUMENTOS DE AVALIAÇÃO

As práticas avaliativas na Educação Infantil exigem do professor uma postura investigativa, reflexiva e intencional, uma vez que a avaliação, nessa etapa, não se configura como um momento isolado, mas como um processo contínuo integrado ao cotidiano pedagógico. Avaliar implica obser-

var, registrar, interpretar e intervir, articulando teoria e prática de forma coerente com os princípios que orientam a Educação Infantil.

O papel do professor, nesse contexto, ultrapassa a função de transmissor de conhecimentos, assumindo a posição de mediador do processo de aprendizagem e desenvolvimento. Conforme destaca Hoffmann (2012), a avaliação mediadora pressupõe um olhar sensível e atento às manifestações da criança, permitindo compreender seus avanços, suas dificuldades e suas formas singulares de expressão. Dessa forma, o docente precisa desenvolver a capacidade de escuta e observação qualificada, elementos essenciais para uma avaliação significativa.

A observação sistemática constitui-se como o principal instrumento de avaliação na Educação Infantil. No entanto, não se trata de uma observação espontânea ou descompromissada, mas de um processo intencional, orientado por objetivos pedagógicos. O professor deve observar como a criança interage com o ambiente, com os colegas e com os materiais, bem como suas formas de comunicação, suas iniciativas e suas estratégias de resolução de problemas. Esses elementos fornecem indícios importantes sobre o desenvolvimento infantil.

Para que a observação se torne efetiva, é fundamental que seja acompanhada de registros. Os registros pedagógicos possibilitam documentar o processo de aprendizagem, evitando que as percepções do professor se percam ou sejam baseadas apenas na memória. Segundo Oliveira (2010), o registro é um instrumento de reflexão, que permite ao docente analisar sua prática e tomar decisões mais conscientes.

Entre os diferentes tipos de registros, destacam-se os registros descritivos, que consistem em narrativas elaboradas pelo professor sobre as experiências vividas pelas crianças. Esses registros devem ser detalhados e objetivos, evitando julgamentos ou interpretações precipitadas. Ao descrever as ações das crianças, o professor constrói um material rico para análise, que contribui para a compreensão do desenvolvimento ao longo do tempo.

Os portfólios também se configuram como instrumentos relevantes no processo avaliativo. Ao reunir produções das crianças, como desenhos, pinturas e outras atividades, o portfólio permite visualizar o percurso de aprendizagem, evidenciando avanços e transformações. Além disso, esse instrumento valoriza a produção infantil, promovendo o reconhecimento das conquistas e incentivando a participação da criança no processo educativo.

A documentação pedagógica, pode incluir fotografias, vídeos e registros audiovisuais. Esses materiais possibilitam capturar momentos significativos das experiências das crianças, permitindo uma análise mais aprofundada das interações, das brincadeiras e das descobertas. De acordo com as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil, a documentação pedagógica é um instrumento que contribui para tornar visível o processo de aprendizagem.

A utilização desses instrumentos requer, no entanto, intencionalidade pedagógica. Não basta registrar por registrar; é necessário que o professor analise os dados coletados, identifique padrões, reflita sobre o desenvolvimento das crianças e utilize essas informações para planejar novas intervenções. Portanto, a avaliação está diretamente articulada ao planejamento pedagógico, configurando-se como um processo cíclico de ação-reflexão-ação.

Além dos instrumentos, é importante considerar as estratégias avaliativas adotadas pelo professor. A avaliação na Educação Infantil deve ocorrer em situações naturais do cotidiano, como brincadeiras, rodas de conversa, atividades dirigidas e momentos de interação. Nessas situações, a criança se expressa de forma espontânea, revelando suas habilidades, seus conhecimentos e suas formas de pensar.

O brincar, nesse contexto, assume papel central. Conforme Kishimoto (2010), o brincar é a principal forma de expressão da criança e constitui um espaço privilegiado para a aprendizagem. Avaliar por meio do brincar implica observar como a criança organiza suas ações, como se relaciona com os colegas e como atribui significado às suas experiências. Dessa forma, o professor precisa reconhecer o brincar como um momento legítimo de aprendizagem e avaliação.

A escuta da criança é um processo relevante. A avaliação não deve ser um processo unilateral, centrado apenas no olhar do professor, mas deve considerar também a voz da criança. Ouvir o que a criança tem a dizer, compreender suas percepções e valorizar suas opiniões são atitudes que contribuem para uma avaliação mais democrática e participativa.

A relação com as famílias também integra as práticas avaliativas. Compartilhar informações sobre o desenvolvimento da criança é fundamental para fortalecer a parceria entre escola e família. Os relatórios descritivos são instrumentos importantes nesse processo, pois apresentam, de forma qualitativa, o percurso da criança, destacando suas conquistas e aspectos a serem desenvolvidos. Esses relatórios devem ser claros, respeitosos e livres de rótulos, promovendo uma comunicação efetiva e acolhedora.

Entretanto, apesar das orientações teóricas e legais, muitos professores ainda enfrentam desafios na implementação de práticas avaliativas coerentes com a Educação Infantil. Entre esses desafios, destacam-se a falta de formação específica, a sobrecarga de trabalho e a influência de modelos tradicionais de avaliação. Tais fatores podem levar à utilização de práticas inadequadas, como atividades padronizadas e classificatórias.

Diante disso, torna-se fundamental investir na formação continuada dos professores, proporcionando espaços de reflexão e troca de experiências. A formação deve abordar não apenas aspectos teóricos, mas também práticos, auxiliando o docente na construção de instrumentos e estratégias avaliativas mais eficazes.

Outro ponto importante é a necessidade de organização do tempo e do espaço escolar, de modo a possibilitar a realização de observações e registros de forma adequada. A avaliação exige tempo para observar, registrar e refletir, o que nem sempre é contemplado na rotina escolar. Portanto, é necessário que a instituição escolar reconheça a importância desse processo e ofereça condições para sua realização.

Por fim, destaca-se que as práticas avaliativas na Educação Infantil devem estar comprometidas com uma educação inclusiva, que respeite as diferenças e valorize as singularidades. Avaliar não é comparar ou rotular, mas compreender e apoiar o desenvolvimento da criança em seu percurso individual.

Assim, as práticas docentes e os instrumentos de avaliação, quando fundamentados em princípios éticos, teóricos e pedagógicos consistentes, contribuem para a construção de um processo avaliativo significativo, que favorece o desenvolvimento integral da criança e o aprimoramento contínuo da prática educativa.

DESAFIOS E POSSIBILIDADES NA AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL

A avaliação na Educação Infantil, apesar dos avanços teóricos e das orientações presentes nos documentos oficiais, ainda enfrenta inúmeros desafios no contexto das práticas pedagógicas. Tais desafios estão relacionados, sobretudo, à permanência de concepções tradicionais de avaliação, à fragilidade na formação docente e às condições estruturais das instituições de ensino, que muitas vezes dificultam a efetivação de práticas avaliativas coerentes com os princípios da infância.

Um dos principais entraves refere-se à persistência de práticas avaliativas classificatórias e quantitativas, herdadas de modelos educacionais voltados para etapas posteriores da escolarização. Mesmo diante das orientações da legislação brasileira, como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB nº 9.394/96) e da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), ainda é possível observar, em algumas instituições, a utilização de instrumentos inadequados à Educação Infantil, como fichas padronizadas, listas de habilidades descontextualizadas e atividades com caráter de verificação de desempenho. Tais práticas reduzem a complexidade do desenvolvimento infantil e desconsideram as especificidades dessa etapa.

A formação inicial e continuada dos professores é um desafio significativo. Muitos profissionais ainda não possuem uma base teórica sólida sobre avaliação na Educação Infantil, o que pode gerar insegurança e levar à reprodução de práticas tradicionais. Conforme aponta Luckesi (2011), a avaliação exige compreensão conceitual e intencionalidade pedagógica, não podendo ser reduzida a um conjunto de técnicas. A formação docente deve contemplar discussões aprofundadas sobre avaliação, articulando teoria e prática.

A sobrecarga de trabalho docente também se configura como um fator que impacta diretamente as práticas avaliativas. A realização de observações sistemáticas, registros detalhados e análises reflexivas demanda tempo e organização, o que nem sempre é possível diante das múltiplas atribuições do professor. Essa realidade pode comprometer a qualidade da avaliação, tornando-a superficial ou fragmentada.

A falta de condições institucionais adequadas, como turmas numerosas, ausência de apoio pedagógico e escassez de recursos, dificulta a implementação de práticas avaliativas mais qualitativas. Avaliar de forma significativa requer um ambiente que favoreça a observação, a interação e o registro, o que nem sempre está presente nas instituições de Educação Infantil.

A pressão social por resultados mensuráveis é relevante, em uma sociedade marcada por indicadores e rankings, há uma tendência de valorizar resultados quantitativos, o que pode influenciar as práticas pedagógicas, inclusive na Educação Infantil. Essa lógica contraria os princípios dessa etapa, que priorizam o desenvolvimento integral e não a mensuração de desempenho.

Por outro lado, apesar dos desafios, existem inúmeras possibilidades para a construção de práticas avaliativas mais coerentes, significativas e humanizadas. Uma das principais estratégias é o investimento na formação continuada dos professores, promovendo espaços de reflexão e troca de experiências. A formação deve incentivar uma postura crítica, permitindo ao docente questionar práticas cristalizadas e construir novas formas de avaliar.

A valorização da documentação pedagógica também se apresenta como uma possibilidade potente. Ao registrar as experiências das crianças por meio de diferentes linguagens — escrita, fotografia, vídeo — o professor torna visível o processo de aprendizagem, possibilitando uma análise mais aprofundada do desenvolvimento infantil. Segundo Hoffmann (2012), a documentação contribui para ressignificar a avaliação, transformando-a em um processo reflexivo e investigativo.

Outra possibilidade refere-se à construção de práticas avaliativas participativas, que envolvam as crianças no processo. Ainda que de forma inicial, é possível promover momentos de escuta, nos quais as crianças expressem suas percepções, sentimentos e opiniões sobre as atividades realizadas. Essa prática fortalece o protagonismo infantil e contribui para a construção da autonomia.

A parceria com as famílias também deve ser fortalecida, uma vez que a avaliação não se restringe ao espaço escolar. Compartilhar registros, dialogar sobre o desenvolvimento da criança e envolver a família no processo educativo são ações que ampliam a compreensão sobre o desenvolvimento infantil e favorecem uma atuação conjunta. A relação deve ser pautada no respeito, na escuta e na valorização das experiências da criança em diferentes contextos.

A reorganização do tempo e do espaço pedagógico também constitui uma possibilidade relevante. É fundamental que a instituição escolar reconheça a avaliação como parte essencial do trabalho docente, garantindo momentos específicos para observação, registro e reflexão. Ambientes ricos em estímulos, organizados de forma intencional, favorecem a observação das interações e das aprendizagens das crianças.

A incorporação de tecnologias digitais pode, ainda, contribuir para o processo avaliativo, especialmente no que se refere à documentação pedagógica. O uso de aplicativos, registros digitais e portfólios eletrônicos pode facilitar a organização das informações e ampliar as possibilidades de acompanhamento do desenvolvimento infantil, desde que utilizado de forma ética e consciente.

A construção de uma cultura avaliativa na instituição é outro ponto importante, na qual todos os profissionais compreendam a avaliação como um processo formativo e contínuo. Isso implica a necessidade de trabalho coletivo, planejamento compartilhado e alinhamento entre os membros da equipe pedagógica.

A avaliação na Educação Infantil deve estar comprometida com os princípios da educação inclusiva, reconhecendo e valorizando a diversidade. Avaliar de forma inclusiva significa considerar as diferentes formas de aprender, respeitar os ritmos individuais e garantir que todas as crianças tenham oportunidades de desenvolvimento. A avaliação deve ser um instrumento de promoção da equidade, e não de exclusão.

Dessa forma, embora existam desafios significativos, as possibilidades de construção de

práticas avaliativas mais coerentes com a Educação Infantil são amplas e viáveis. Cabe ao professor, em articulação com a instituição e com as políticas educacionais, assumir uma postura crítica e comprometida, buscando constantemente aprimorar sua prática. A avaliação, quando compreendida em sua dimensão formativa e mediadora, torna-se um poderoso instrumento para a promoção do desenvolvimento integral da criança e para a construção de uma educação mais justa, democrática e humanizada.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A avaliação na Educação Infantil constitui-se como um elemento essencial no processo educativo, assumindo um caráter formativo, contínuo e mediador. Diferentemente de práticas tradicionais, centradas na mensuração e classificação, a avaliação nessa etapa deve estar voltada para o acompanhamento do desenvolvimento integral da criança, respeitando suas singularidades, seus ritmos e suas formas próprias de aprender e se expressar.

Ao longo deste estudo, foi possível compreender que a avaliação está diretamente relacionada às concepções de infância, aprendizagem e desenvolvimento que orientam a prática pedagógica. Nesse sentido, evidencia-se a necessidade de uma abordagem avaliativa que valorize o processo, as interações e as experiências vividas pelas crianças no cotidiano escolar, superando modelos reducionistas e excludentes.

No que se refere às práticas docentes, destaca-se a importância da observação sistemática, dos registros pedagógicos e da documentação como instrumentos fundamentais para a compreensão do desenvolvimento infantil. Tais práticas possibilitam ao professor acompanhar o percurso de aprendizagem das crianças, identificar suas potencialidades e planejar intervenções pedagógicas mais adequadas e significativas.

Entretanto, ainda se observam desafios que permeiam o processo avaliativo na Educação Infantil, como a permanência de práticas tradicionais, a fragilidade na formação docente, a sobrecarga de trabalho e as limitações estruturais das instituições de ensino. Tais fatores evidenciam a necessidade de investimentos em formação continuada, bem como na construção de uma cultura avaliativa que esteja alinhada aos princípios da infância e da educação inclusiva.

Por outro lado, destacam-se diversas possibilidades para a ressignificação da avaliação, como o fortalecimento da documentação pedagógica, a valorização da escuta da criança, a parceria com as famílias e a organização de práticas pedagógicas mais intencionais e reflexivas. Essas ações contribuem para a construção de uma avaliação mais humanizada, democrática e comprometida com o desenvolvimento integral das crianças.

É possível concluir que a avaliação na Educação Infantil deve ser compreendida como um processo dinâmico e reflexivo, que não se limita à análise do desenvolvimento da criança, mas também envolve a constante revisão das práticas pedagógicas. O professor, nesse contexto, assume um papel fundamental como mediador, sendo responsável por construir práticas avaliativas coerentes, éticas e significativas.

Pensar a avaliação na Educação Infantil é, sobretudo, repensar o próprio sentido da educação, reafirmando o compromisso com uma prática pedagógica que respeite a infância, valorize as diferenças e promova o desenvolvimento integral de todas as crianças.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular.** Brasília: MEC, 2017.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.** Brasília: MEC, 1996.

BRASIL. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil.** Brasília: MEC, 2010.

HOFFMANN, Jussara. **Avaliação mediadora: uma prática em construção da pré-escola à universidade**. 33. ed. Porto Alegre: Mediação, 2012.

KISHIMOTO, Tizuko Morchida. **O brincar e suas teorias.** São Paulo: Pioneira, 2010.

KRAMER, Sonia. **A infância e sua singularidade.** São Paulo: Cortez, 2005.

LUCKESI, Cipriano Carlos. **Avaliação da aprendizagem escolar: estudos e proposições.** 22. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

OLIVEIRA, Zilma de Moraes Ramos de. **Educação Infantil: fundamentos e métodos**. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

PIAGET, Jean. **A formação do símbolo na criança: imitação, jogo e sonho, imagem e representação.** Rio de Janeiro: Zahar, 1975.

VYGOTSKY, Lev Semionovich. **A formação social da mente**. 6. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

WALLON, Henri. **A evolução psicológica da criança.** São Paulo: Martins Fontes, 2007.